A Campanha de Canudos nos Jornais[1]

Lidiane Santos de Lima[2]

Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Resumo

Em 1897, o Brasil atravessava uma época agitada, cercada de atentados políticos, de rebeliões e do espectro da restauração monárquica. A imprensa era utilizada em todo o país como antecedente das ações do exército e a República recém inaugurada dizia fazer tudo em nome da opinião pública. Quando as notícias de Canudos começaram a se espalhar, as pessoas passaram a acompanhar os ataques, por meio da imprensa. Diante da pobre estrutura para a circulação e a averiguação das notícias, foram registrados muitos boatos que circulavam simulando a narrativa de fatos reais. Partindo da análise de textos publicados nos jornais, em 1897, sobre o tema, será evidenciado como a Guerra de Canudos foi um importante evento de mídia e analisado o papel da imprensa, de insuflar ânimos e espalhar o terror e o medo, em tempo de conflitos nacionais.

Palavras-chave

Imprensa; Guerra de Canudos; simulacro interesseiro.

A Guerra de Canudos, em 1897, no nordeste brasileiro, foi um dos embates fratricidas mais conhecidos da história do país. No entanto, é pouco explorado pelos estudiosos do tema, o impacto causado pela participação ativa da imprensa, dando visibilidade e *dizibilidade* aos combates. Os maiores jornais do Brasil enviaram jornalistas a esta região, até então desconhecida pela maioria da população brasileira, possibilitando a primeira cobertura diária de uma guerra na imprensa nacional.

A guerra é iniciada quando Antônio Conselheiro adquire em Juazeiro certa quantidade de madeira para construção da igreja nova de Belo Monte (Canudos), mas no prazo estipulado não a recebe. Baseado no boato de que os conselheiristas invadiriam Juazeiro para arrebatar a madeira à força, o juiz de direito deste lugarejo pede reforços ao governo estadual, que para lá envia a primeira expedição militar contra Canudos, comandada pelo tenente Pires Ferreira. Chegando em Juazeiro, a expedição encontra a cidade assustada, mas sem os supostos invasores. Então, resolve marchar em direção a

[1] Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres.
[2] Graduada em Comunicação Social pela Universidade do Estado da Bahia e Mestre em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Professora de comunicação da Universidade do Estado da Bahia, da Faculdade de Tecnologia e Ciências e das Faculdades Polifucs.

Canudos. Cento e cinqüenta quilômetros depois, em Uauá, o primeiro embate acontece, quando centenas de conselheiristas vão até aquela pequena cidade, rezando, louvando, aparentando uma simples procissão. Apesar de o menor número de mortos ter sido da parte do exército, este foge assombrado e vencido. É formada, em conseqüência da derrota anterior, a segunda expedição militar contra Canudos, sobre o comando do major Febrônio de Brito. Devido às emboscados e constantes ataques dos conselheiristas contra o exército, este novamente é obrigado a recuar e retornar, antes mesmo de alcançar a cidade almejada. A terceira expedição, liderada pelo famoso coronel Moreira César, é vencida com a morte deste e a debandada dos soldados republicanos, que somavam em mais de 1300 homens. Por fim, foi montada a quarta expedição[3], comandada pelo general Artur Oscar de Andrade Guimarães, cujo objetivo era "lavar a honra do exército" após a surpreendente derrota da expedição Moreira César. A opinião pública estava histérica e determinava a necessidade de medidas decisivas do governo, para que o conflito fosse logo solucionado. Seis meses depois, termina a resistência sertaneja dos "adversários moribundos", nas palavras de Euclides da Cunha (2002), vencida também pela fome e pelo cansaço, e é encontrado o corpo do líder Antônio Conselheiro.

Os sertões, de Euclides da Cunha, é considerado ainda hoje "o livro de Canudos" (Gutierrez, 1997: 9). Antes e depois dele surgiram outras obras, de autores diversos, que, com linguagem histórica ou mesmo ficcional, contribuíram enormemente para o conhecimento dessa parte dolorosa da história brasileira. *Os sertões*, porém, *funciona* como o primeiro acesso a um fato histórico, a Guerra de Canudos, pois embora não seja o primeiro texto a tratar do episódio, ele constitui, como afirma Ângela Gutierrez, um texto germinador da ficção regionalista e, em particular, do tema canudiano. A obra da Euclides é dividida em três grandes partes: *A Terra*, *O Homem* e *A Luta*.

Em *A Luta*, Euclides narra diversas ações das tropas, censura e opina sobre as falhas de muitas delas, relata os números de baixas, elucida algumas das táticas e vitórias dos sertanejos, descreve com detalhes muitos dos combates, fala dos perigos, desânimos, atitudes, confusões, "triunfos pelo telégrafo", explica a ação da imprensa durante a guerra e a reação da população fente às notícias recebidas, e critica grande quantidade destes acontecimentos por ele narrados.

[3] A quarta e maior expedição foi composta por tropas de 17 estados (Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Amazonas, Ceará e Paraná), e o efetivo militar era formado de seis Brigadas, com duas colunas que, por posições opostas, investiam contra o arraial.

Segundo Walnice Galvão,

> é difícil, para o leitor de hoje, aquilatar o porte e a extensão que o jornalismo da época deu à Guerra de Canudos. Afora as rápidas menções dos historiadores, temos as referências do próprio Euclides da Cunha n'*os sertões*, e é em geral por via desta fonte que se pode ter uma idéia do estardalhaço que a imprensa fez. Ainda assim, informação já filtrada e ocupando um lugar reduzido dentro do livro (1994: 54).

Os emergentes meios de comunicação são representados por Euclides como um dos vilões do acontecimento, pois com a proposta de dar ordem ao caos, foram eles quem primeiro fizeram a guerra, ideologicamente, por meio de um processo de construção discursiva de identidades e valores em confronto.

Outras obras sobre o tema representam a ação da imprensa da época, através de personagens fotógrafos ou jornalistas, a exemplo da novela *A guerra do fim do mundo*, do peruano Mario Vargas Llosa, escrito oitenta anos após a publicação de *Os sertões*. O personagem vargallosiano *jornalista míope*[4], caricatura de Euclides da Cunha, teve seus óculos quebrados durante a debandada da terceira expedição e, a partir daí, não enxergou mais. Porém, explica: "embora não as tenha visto, senti, ouvi, apalpei, cheirei as coisas que aconteceram lá (...) E o resto adivinhei" (Llosa, 1999: 447). Como um míope, durante a campanha, o jornalista Euclides da Cunha também não divisou a essência da guerra, apesar de ter sentido a peleja e "adivinhado" os acontecimentos que não presenciou (relatos posteriores de fatos que não viu). O *jornalista míope* ainda denuncia: "os correspondentes (...) podiam ver e não viam. Só viram o que foram ver" (Llosa, 1999: 520). Ao que acrescenta: "Mas eles não apenas viam o que não existia (...) Sobretudo, ninguém viu o que havia lá de verdade" (Llosa, 1999: 523). Numa entrevista feita por Ana Maria Moix, enquanto explicava sua novela, Vargas Llosa afirmou:

> una de las cosas que me fascinó, al investigar sobre lo ocurrido em la rebelión de Canudos, fue ver como la prensa desempeño un papel tan importante en la deformación de la realidad. Es decir, las publicaciones de la prensa (...) constituyen una información totalmente subjetiva que está condicionada por las ideas políticas o los prejuicios de cada cual. A partir de la lectura de los periódicos de la época resulta impossible compreender el movimiento de Canudos porque las interpretaciones de la prensa son disparatadas (*apud* Bernucci, 1989: 214).

[4] A miopia deste personagem possui um sentido patológico, mas também ideológico. Para ele, escrever "consiste em ser él mismo, su supervivencia emocional, su manera de sentirse socialmente útil cuando su estado físico no le da esta oportunidad" (Bernucci, 1989: 85).

A partir das leituras dos artigos jornalísticos, por Llosa, a superficialidade da imprensa da época se fez presente no olhar crítico do narrador de *A guerra do fim do mundo*, que denuncia a inconsciente, ideológica ou subliminar *miopia* jornalística, em confronto com o compromisso mais reflexivo do escritor.

Llosa se familiariza com a história de Canudos através dos artigos jornalísticos publicados durante a quarta expedição, reunidos no livro de Walnice Galvão, *No calor da hora*. Por meio deles, é possível observar as múltiplas versões que os repórteres da época deram à guerra, muitas vezes alterando e distorcendo informações cruciais deste acontecimento que marcou profundamente a história do Brasil.

O Brasil do século XIX e as representações da Guerra de Canudos na imprensa

As instituições brasileiras de caráter cultural, como a Imprensa Régia, a Biblioteca e o Museu Real, somente foram criadas com a vinda da família real e o estabelecimento da Corte portuguesa na então colônia, em 1808. Passaram-se mais de 350 anos entre a invenção de Gutenberg e o funcionamento do primeiro prelo tipográfico no Brasil. Conforme Nelson Werneck Sodré, "ler não era apenas indesculpável impiedade, era mesmo prova de crimes inexpiáveis" (1999: 12). Não bastasse o enorme retardamento, em relação à chegada da tipografia em outros países, por muito tempo, no Brasil, ela enfrentou diversas dificuldades. Conforme Sodré, o "atraso da imprensa no Brasil (...) tinha apenas uma explicação: ausência de capitalismo, ausência de burguesia (...). Quando as circunstâncias exigiram, apareceu aqui a imprensa adequada" (1999: 28).

Outro momento relevante à análise da estruturação dos meios de comunicação no Brasil é o período de transmutação dos regimes: Monarquismo à República. Lido como "um dos períodos mais difíceis e intrincados da nossa história" (Basbaum, 1997: 13), a primeira República é caracterizada pela *inconseqüência* e *falta de lógica* revelada desde a proclamação. A "comédia de absurdos", conforme Leôncio Basbaum, se inicia pelo fato de a República ter sido proclamada pelo exército – "que, em seu conjunto, não é republicano" – quando, no país, havia um Partido Republicano que deveria ter sido o responsável por aquela ação. Assim, "a República foi uma surpresa para todos", inclusive para os militares e para a população, que "de nada sabia" (Basbaum, 1997: 18).

Aquele que se tornara o primeiro presidente da Republica brasileira, o Marechal Deodoro da Fonseca, um ano antes, ainda segundo Basbaum, havia escrito que este

regime seria "uma desgraça para o Brasil". Amigo pessoal do Imperador, Deodoro parecia desconhecer o significado da palavra "Democracia" – tão empregada pelos que sonhavam com a República. Com o Marechal Floriano Peixoto, substituto de Deodoro (quando este foi forçado a renunciar), o Brasil conheceu um período de infrações à lei e à constituição, mas, também, de consolidação da República. Lutou todo o tempo para manter-se no poder, dissolvendo o congresso, mandando prender generais e reprimindo qualquer levante contrário ao seu governo. Militares que eram, os dois primeiros presidentes tinham em alto grau "o sentido de disciplina, de hierarquia e da honra da farda". Daí, justifica Basbaum, "suas medidas de restrição à liberdade de imprensa, de espancamento de jornalistas, de empastelamento de jornais" (1997: 43) – diferente da tolerância às informações jornalísticas, observada no reinado de D. Pedro II.

Pelos motivos explicitados, nota-se que "o 15 de novembro não foi apenas o começo da República: foi o início de uma série de agitações revolucionárias de todos os graus e formas inimagináveis, civis e militares, de caráter ora econômico, ora político, ora religioso" (Basbaum, 1997: 218). Ou, como afirma Nicolau Sevcenko, "assinalando nitidamente um amplo processo de desestabilização e reajustamento social, o advento da ordem republicana foi marcado também por uma série contínua de crises" (1989: 25).

Este período, no entanto, não foi assinalado apenas pelas reestruturações políticas, mas também pelas transformações no âmbito da imprensa escrita. A priori, porém, não houve grandes modificações no desenvolvimento dos jornais – a não ser o fato de os periódicos republicanos ganharem mais força e prestígio e os jornais monarquistas serem agora combatidos.

São características da imprensa do final do século XIX: o folhetim, ao invés do colunismo ou reportagem; o artigo político, muito mais do que a entrevista; a doutrinação, predominando sobre a informação; a produção artesanal e não industrial. Diferente do formato hoje conhecido, os jornais do final deste período possuíam pouca ilustração, grandes e estreitas colunas, com linguagem muitas vezes incorreta e uma quantidade muito ampla de matérias distintas, formando um "mosaico desordenado e policromo" (Galvão, 1994: 32). Suas reportagens revelavam o quanto a imprensa era partidária – refletindo os interesses ideológicos dos partidos políticos. No entanto, ela sempre se intitulou como um instrumento de libertação do espírito humano, uma instituição com finalidade educadora, difusora de conhecimentos e informações em ampla escala. Mas o acesso a esta "grande agência educativa" no Brasil do século XIX

era insuficiente, afinal, o país possuía poucas vias de transportes e comunicações que, certamente, não alcançavam as localidades mais afastadas dos grandes centros urbanos.

A oralidade era uma forte realidade na cultura do oitocentos brasileiro, porém, a prática de audiência do escrito também – o que permitia que o jornal fosse popular, nas regiões por ele alcançadas. Conforme Patrícia Pina (2002), o costume de leituras coletivas, em praças públicas e mesmo nos recantos dos lares, forçou marcas de oralidade nos textos jornalísticos, deixando-os próximos à fala cotidiana. Os escritos eram não apenas legíveis, mas também audíveis. Por isto, o público dos livros e periódicos não era formado apenas pelo número oficial de pessoas com escolaridade e nível financeiro razoável para a compra, mas também pela grande quantidade de leitores que iam à biblioteca e pela quantidade ainda maior de consumidores ouvintes – principalmente de matérias informativas e literárias impressas nos jornais. Por isso, mesmo sendo apenas a minoria do país alfabetizada (menos de 30%, segundo a autora), o jornal exercia um papel decisivo em mobilizações que se queriam nacionais.

"O jornal era o mais eficiente veículo de comunicação de massa no Brasil do final do século", garante Walnice Nogueira Galvão (1994: 15). Segundo a autora, de 1808 a 1897 foram criados cerca de dois mil periódicos no Rio de Janeiro, para uma população de menos de setecentos mil habitantes. No entanto, "no Brasil sempre foi praxe editar-se, por exemplo, apenas alguns números e deixar desaparecer o periódico, fosse por falta de autonomia financeira, fosse por problemas políticos" (Galvão, 1994: 15). De qualquer forma, em 1897 surgiram mais de 29 periódicos na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal. Tal número talvez seja mais um indicador de como este ano marca um importante período na história da imprensa brasileira. Pela primeira vez, o país testemunhou uma cobertura diária de um acontecimento estritamente nacional – a Guerra de Canudos –, para o qual foi dada tamanha importância que jornalistas de diversas instituições de notícias foram enviados àquela distante região, como correspondentes, e os jornais que assim não o fizeram, quase cotidianamente transcreviam reportagens sobre o evento, de outros periódicos.

Conforme Werneck Sodré,

> Ao chegarem da Bahia confusas notícias do levante sertanejo de Canudos, a que se atribuíam intenções de reestabelecimento da monarquia, os ânimos se inflamaram, os republicanos viam traições por toda a parte.
> A imprensa admitia a hipótese de uma grande conjura monarquista (...). A *Gazeta de Notícias* clama contra "o monarquismo revolucionário"; *O País* afirma que "o

> partido monarquista tinha crescido à sombra das tolerâncias"; *O Estado de S. Paulo* escreve que o caso é grave, "trata-se da restauração; conspira-se" (1999: 269).

O Brasil atravessava uma época agitada, cercada de atentados políticos, de rebeliões e do "fantasma da possibilidade de restauração monárquica" (Galvão, 1994: 33). Não fazia muito tempo, a República havia reprimido a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. A imprensa era utilizada em todo o país como antecedente das ações do exército, e a República recém inaugurada, necessitando do respaldo dos brasileiros, dizia fazer tudo em nome da opinião pública. Assim, quando as notícias de Canudos começaram a se espalhar pelo país, mesmo sem um conhecimento exato da região onde se localizava o conflito, as pessoas passaram a acompanhar os ataques, por meio da imprensa.

Com base nos dados quantitativos do jornal *Diário da Bahia*, conforme Kátia Maria de Carvalho Silva, é possível observar um significativo aumento das notícias sobre o sertão e sobre Canudos publicadas em jornais baianos:

> No período compreendido entre janeiro e agosto de 1895, 28% das notícias de teor político do *Diário* eram notícias do sertão, evidenciando tal percentual que as violências no interior do estado preocupam a imprensa da capital. No período janeiro-maio de 1896, a proporção de notícias do sertão em relação ao total de notícias de teor político é de 25,2%, oscilação sem maior significação, enquanto que no período de junho de 1896 a fevereiro de 1898, aparecem notícias do sertão na proporção de 77,3% sendo que 45,7% representam notícias sobre Canudos. O período compreendido entre março-dezembro de 1898 apresenta uma proporção de 7,2[5] das notícias sobre a Campanha de Canudos que já terminara desde 1897 (1979: 173-4).

Os jornais baianos, mesmo antes da terceira expedição, já vinham dando grande visibilidade aos acontecimentos de Canudos, que geralmente saíam em primeira ou segunda lauda. Mas foi a partir da derrota de Moreira César que a campanha invadiu as páginas dos jornais em todo o país (principalmente Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro), com apócrifos de Antônio Conselheiro e notícias que disseminaram um clima de pânico sob o país. Marcados por grande sensacionalismo, os jornais também se impregnaram de anúncios que exploravam o assunto do dia: Canudos. Tornou-se comum nos periódicos brasileiros daquele período, a publicação de peças publicitárias que envolviam o drama dos conselheiristas ou apenas chamava a atenção do leitor com palavras que indicavam a guerra – mais um sinal, aliás, de que aquele fenômeno foi um dos temas de maior interesse dos leitores da época. O baiano *Jornal de Notícias*, por

[5] Inserido numa porcentagem de aproximadamente 60% de notícias sobre o sertão.

exemplo, em 6 de março de 1897, na primeira página, traz uma pequena peça com os seguintes dizeres: "Moreira César nos Canudos. Recomenda-se o sortimento de casimiras pretas, lisas lavradas e com listras de seda da LOJA MATHEUS". Outro exemplo, também em primeira página, do dia 29 de março de 1897, localizado junto à coluna "Antônio Conselheiro": "CANUDOS!!! Pentes para lados recebeu grande sortimento a Loja Probidade". Porém, mais do que vender pentes, tecidos ou quaisquer outros produtos, "Canudos fazia vender principalmente os próprios jornais" (Galvão, 1994: 72).

Diante de tamanha mobilização, e da pobre estrutura para a circulação e a averiguação das notícias, não é de se estranhar o registro de muitos boatos que circulavam simulando a narrativa de fatos reais. Como afirma Walnice Galvão, as "notícias, os boatos, as intrigas, ecoavam de um jornal para outro, tecendo a teia da informação. Jornais se solidarizam uns com os outros, jornais desmentem outros jornais, polêmicas se abrem de um jornal com outro e as opiniões dos demais jornais se dividem e se reagrupam" (1994: 64). Walnice Galvão cita, sobre esta quase reificação do boato, um exemplo em formato de poema, publicado na seção de *Zé Gangolim*, no *Diário de Notícias* de 7 de julho de 1897:

D. BOATO E CANUDOS

Sempre o vejo a mover-se azafamado
Daqui p'ra ali; não pára, não descança (*sic*);
A uns ouço-o falar desanimado,
A outros rindo, cheio de esperança.

É o sim e o não, a dúvida e a certeza;
Ora afirma, ora nega, ora duvida;
Tem móvel como o mar a natureza,
Mudar, sempre mudar, eis sua vida.

Canudos, por exemplo, lhe tem dado
Pábulo forte à índole inconstante;
Vive agora de todos adulado
E até tomou uns ares de importante!

A este afirma que a vitória é nossa
E elogia o soldado brasileiro!
Àquele que levamos *tunda grossa*
Dos sequazes de Antônio Conselheiro!

Ninguém no que ele diz pode firmado
Mais ou menos formar juízo exato;
Eu por certo já ando escabreado:
Quem quiser que acredite em D. Boato. (*apud* Galvão, 1994: 50).

Assim, a não comprovação de algumas informações se tornou tão perceptível, que virou notícia nestes mesmos jornais que eram veículos por onde os boatos eram divulgados. Porém, mesmo cientes do alto número de lendas, os leitores não possuíam outro veículo de informação equivalente e, por isso, foi mantido o consumo daqueles meios – pertencentes às classes "que detinham em suas mãos todo o poder de decisão num país onde a manifestação da opinião pública praticamente inexistia" (Sampaio, 2001: 31).

Conforme Consuelo Novais Sampaio, o "governo federal (...) deixou que os boatos se disseminassem pelo país, transformando Canudos numa questão nacional" (2001: 64), afinal, "foi a disputa pelo poder, na Bahia e na Capital Federal" que conferiu a Canudos tamanha dimensão (2001: 53). Ainda, para a autora, o papel da imprensa foi o de insuflar ânimos e espalhar o terror e o medo, instituídos pelas facções políticas e pela Igreja Católica, após a derrota da terceira expedição.

Os jornais tiveram participação importante na Guerra de Canudos. Conforme Walnice Galvão, os "participantes da campanha, por alta que seja sua patente, não desdenhavam de mandar cartas aos jornais, explicando suas opções estratégicas e táticas" (1994: 67). Vale destacar dois exemplos: uma carta enviada pelo coronel Carlos Teles, "importante figura da guerra, comandante da 4ª brigada e auxiliar imediato do General Savaget" (Galvão, 1994: 68), ao *Folha da Tarde*, em resposta às informações sobre a guerra, que dizia incorretas e que envolviam seu nome; e outra dirigida ao *República*, do general da quarta expedição, Artur Oscar, onde dizia acreditar no caráter monarquista e conspirador de Canudos e falava das armas que o "inimigo" dispunha, adquiridas por meio de uma remessa de munição – boato espalhado por vários jornais da época.

"Jornalistas brasileiros no exterior noticiavam, pelo serviço telegráfico internacional, as últimas novidades da conjura em que se empenhavam três continentes em apoio a Antônio Conselheiro", confirma Walnice Galvão (1994: 72). Assim, a Guerra de Canudos, explica Berthold Zilly, "foi um evento de mídia não só no Brasil, mas na América e em toda a Europa" (2002: 63). Segundo Zilly, o "mundo inteiro se aliou ao exército agressor, concedendo ao governo brasileiro os créditos (...) e apoiando, por meio dos grandes jornais do mundo, a sua campanha psicológica anticonselheirista, graças ao telégrafo que já naquela época estava reunindo os leitores dos grandes jornais" (2002:1 64).

Havia na imprensa, entretanto, ainda que raramente, palavras que discordavam do que vinha sendo normalmente publicado. Como exemplo, a carta já citada do coronel Carlos Teles, na qual "tentou reduzir as proporções do episódio e do perigo que Antônio Conselheiro representava para a República" (Galvão, 1994: 87). Mas, provavelmente, em meio a toda a "balbúrdia" do momento, a sua carta deve ter passado quase que despercebida. Nesta, transcrita por Walnice Galvão, o coronel Carlos Teles argumenta:

> Como outros, também acreditava nos tais auxílios enviados de fora e intenção monárquica, mas depois de minha marcha pelos sertões de Sergipe e Bahia e da minha chegada em Canudos fiquei convencido de que tudo isso não passa de fantasmagorias (...). Adulterar a verdade para encarecer Canudos e alarmar o espírito público a isso não me presto (1994: 88).

"Verdade" era uma palavra já vulgarizada e por isso, talvez, a população não soubesse discernir onde exatamente ela se estabelecia. Oscilando "entre as opiniões preconcebidas e a realidade crua que estão presenciando", a maioria dos jornalistas se cala. Segundo Walnice Galvão, "todos os intelectuais estavam atrelados ao carro do poder, empenhados na grande parada histórica do tempo que era a consolidação nacional" (1994: 107), inclusive os jornalistas.

À guerra, foram enviados correspondentes especiais dos principais jornais do país, que "além de especiais, eram de certo modo especializados" (Galvão, 1994: 19), ou seja, militares republicanos. Conforme Walnice Galvão, a Guerra de Canudos "se não inaugurou, deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor enviados especiais no local dos acontecimentos" (1994: 19). Entre os jornalistas enviados exclusivamente para informar os episódios de Canudos durante a quarta expedição, destacam-se: Euclides da Cunha, de *O Estado de S. Paulo* (SP), Favila Nunes, da *Gazeta de Notícias* (RJ), Manuel Benício, do *Jornal do Comércio* (RJ), e Manuel de Figueiredo – em substituição ao Alferes Cisneiros Cavalcanti (morto durante a campanha) – que, por motivos de saúde, logo foi também substituído por Alfredo Silva, de *A Notícia* (RJ). *O País* tinha por correspondente o combatente tenente-coronel Siqueira de Menezes, que assinava suas "Cartas de Canudos" com o pseudônimo Hoche. O *Jornal de Notícias* (BA), recebia as notícias do secretário do Comitê Patriótico da Bahia, Lélis Piedade. O *Jornal do Brasil* (RJ) e o *Diário de Notícias* (BA) não identificam os repórteres por eles enviados.

"Os correspondentes já sabiam o que informar quando foram para Canudos", afirma Walnice Galvão (1994: 117). Poucos se pronunciaram sobre meios de censura ou

ultrapassaram os limites da não ofensa ao exército e ao regime republicano. Os que o fizeram, agiram timidamente, tornando suas críticas quase insignificantes em meio ao oceano de notícias construtoras de uma visibilidade do sertanejo como inimigo e do exército como o grande herói.

Sobre a existência de censura, Lélis Piedade insinua, em uma de suas cartas, a impossibilidade de ser transparente: "Podem-se apurar certas verdades, mas dizei-as..." (*apud* Galvão, 1994: 341); Favila Nunes, ainda que não explicitamente, deixa claro o corte de alguns textos enviados: "eu, que telegrafo diariamente e que redijo os meus telegramas de acordo com o comandante da praça, vi pelas *Gazetas* que até o dia 19 do passado só dois chegaram lá" (*apud* Galvão, 1994: 166), e depois, menos implicitamente: "O telégrafo continua meio trancado. É necessário não dizer a verdade para que os telegramas, ainda assim, finjam que são transmitidos" (*apud* Galvão, 1994: 169); Manuel de Figueiredo tenta desmentir a censura das notícias, mas confirma: "Os telegramas, porém, como medida muito acertada de precaução contra os boateiros, que aqui fervilham, são visados pelo Major Martiniano, por ordem do comando geral" (*apud* Galvão, 1994: 409); e Manuel de Benício foi convidado a se retirar por enviar informações julgadas pelo exército como inconvenientes.

Manuel Benício, na primeira carta que escreve, no dia 4 de julho, já fala em "precipitação ou imperícia indesculpável em um general", seguindo com críticas ao comando da quarta expedição: "É doloroso confessar que deste abalo seria culpado um general republicano como Artur Oscar" (*apud* Galvão, 1994: 243-4). Ele ainda narra, em suas reportagens, a falta de suprimentos "de boca e de guerra", transcreve informes oficiais, desmentindo informações que considera inverídicas, e denuncia a censura, em artigo publicado no dia 4 de agosto:

> fiz um telegrama, citando os nomes dos oficiais mortos da Coluna Oscar e o apresentei ao *visto* de S. Exa. Os seus ajudantes me disseram que era inútil, pois que o General não visava-o, por tratar-se de feridos e mortos e tal notícia ser desagradável às famílias dos mesmos; como se elas já não soubessem ou não viessem a saber da carnificina inútil que sofreram as colunas? (...) em Monte Santo e Queimadas nenhum telegrama será transmitido sem o *visto* do General Artur Oscar (*apud* Galvão, 1994: 249).

Por fim, em 7 de julho, escreve uma carta somente publicada em 19 de agosto, na qual expõe que foi realmente expulso e proibido de entrar no Quartel-General. Conforme Silvia M. Azevedo, muito antes da data da primeira publicação no *Jornal do Comércio* "o jornal já estava de posse das suas cartas, mas não as publicara por julgar

imprudente (...). Benício tinha dado recomendações expressas ao jornal para que só o fizesse quando ele estivesse longe de Canudos" (2002: 94).

Com o fim da campanha, é deslocado "em interesse e atualidade, o assunto já passado da Guerra de Canudos, que aos poucos vai desaparecendo dos jornais" (Silva, 1979: 117). No entanto, surgem muitos escritos sobre o episódio, principalmente de ex-combatentes e jornalistas que lá estiveram. Alguns, como Afonso Arinos e Dantas Barreto, preferiram ultrapassar a simples descrição e criar possibilidades outras de explicação daquele episódio, por meio da literatura. Principalmente os que optaram por esta última forma de representar Canudos foram claramente influenciados pela obra do escritor-jornalista Euclides da Cunha, *Os sertões*, publicada cinco anos após o autor voltar da guerra, à qual foi enviado como correspondente especial do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Euclides da Cunha e a comunicação em tempo de guerra

Antes de *Os sertões* se tornar público, ensaios e telegramas de Euclides da Cunha, versando sobre a guerra, foram publicadas n'*O Estado de S. Paulo* de 14 de março a 26 de outubro de 1897, bem como o *Excerto de um livro inédito*, divulgado pelo mesmo jornal em janeiro de 1898 – uma espécie de rascunho de trechos da segunda parte de *Os sertões*. Leopoldo Bernucci afirma que foram dos jornais também "que saíram algumas matérias fundamentais ao desenvolvimento do grande livro (...). Mas Euclides (...) não se atirava de corpo inteiro neste mar de informações. Seu ceticismo quanto aos jornais e a sua forte intuição o fariam recuar diante dos exageros e ilogicidade da matéria" (Bernucci, 1995: 59). Afinal, além de ter sido jornalista e saber das leis regentes deste meio, testemunhou de forma ocular a guerra e verificou a qualidade problemática das fontes jornalísticas daquele período, cujos periódicos se caracterizavam pelas imprecisões, incoerências, versões sensacionalistas e informações que levantavam suspeitas. No entanto, eram praticamente as únicas fontes disponíveis, ou como escreveu Bernucci, "a imprensa era um mal necessário" (2002: 14).

Entre a atividade jornalística de Euclides da Cunha e *Os sertões* existe uma distância não apenas de gênero discursivo ou de tempo e espaço de produção. No caminho que o autor percorreu – dos artigos publicados em jornais à chegada em Canudos, passando por sua experiência na guerra até a escrita do livro – houve mudanças de pontos de vista e, também, autocríticas ao seu posicionamento anterior.

No ano de 1897, imerso em estudos sobre o Brasil e atento às notícias sobre a campanha de Canudos no sertão baiano, Euclides publicou, sobre o tema, dois artigos intitulados *A Nossa Vendéia*, em *O Estado de S. Paulo*. A guerra, que acontecia num interior até então desconhecido pelo restante do país, foi comparada a uma "agitação desordenada e impulsiva de hipnotizados" da revolta da Vendéia – sublevação católica ocorrida no oeste da França, por camponeses e nobres contrários aos ideais da Revolução Francesa. Segundo Euclides, "como na Vendéia o fanatismo religioso que domina as suas almas ingênuas e simples é habilmente aproveitado pelos propagandistas do Império". Mas o fim seria certo: "A República sairá triunfante desta última prova".

Após os dois artigos intitulados *A Nossa Vendéia*, Euclides foi convidado para ser correspondente de guerra deste jornal[6]. Agregado à comitiva militar do ministro de guerra, Marechal Bittencourt, Euclides foi ao campo de guerra, em agosto de 1897, por ser militar (reformado), por ser republicano e por possuir o perfil de jornalista desejado naquele momento.

As matérias de Euclides, da cobertura da guerra, enviadas para *O Estado de S. Paulo*, foram marcadas por um silêncio em relação às ações do exército republicano, no sentido de não revelar as atrocidades daquela campanha – também apagadas pela censura militar, a que eram submetidos os materiais enviados pelos correspondentes. A exemplo de quase[7] todos os repórteres da época, o jornalista-tenente reformado se deixou cegar pela máquina propagandista da imprensa e do governo, e calou, nas reportagens, denúncias e críticas que mais tarde faria em *Os sertões*. Mas, é certo que, agregado a toda censura e idealismo republicano, o fato de Euclides ter sido nomeado adido do Estado-Maior do Exército, com responsabilidades a cumprir enquanto tal, agravou a necessidade de escolher as palavras que utilizaria em suas reportagens. De qualquer forma, o que se torna claro na leitura do *Diário de uma expedição* é que, diferente das revelações apresentadas em *Os sertões*, não houve em seus artigos críticas à degola, por exemplo, e pouco foi escrito sobre as prisioneiras da guerra. No entanto, durante sua estada na Bahia, ele começou um processo de revisão de suas opiniões, quando passou, lentamente, a perceber que Canudos não era a Vendéia. Ainda que não tenha tornado explícita tal suposição, Euclides deixou margem para que se perceba

[6] Os artigos escritos por Euclides da Cunha – único correspondente de jornal paulista enviado a Canudos –, por ocasião da guerra, e enviados a *O Estado de S. Paulo*, foram publicados, posteriormente, no livro *Diário de uma expedição.*

[7] Alguns jornalistas mencionaram os atos de violência das tropas e a crueldade da campanha ou criticaram o comando da quarta expedição: Afonso Arinos, de *O Comércio de S. Paulo*, Favila Nunes, da *Gazeta de Notícias* – RJ, Lélis Piedade, do *Jornal de Notícias* – BA, e Manuel de Benício, do *Jornal do Comércio* – RJ.

alguma dúvida quanto à desforra monarquista que seria Canudos. E, por fim, no seu último artigo lá escrito, mostra-se claramente desiludido e afirma que lá deixara muitas idéias perdidas "naquela sanga maldita" e julga felizes aqueles que "não presenciaram nunca um cenário igual...".

Cinco anos mais tarde, em *Os sertões*, ele reforça o que parece ter começado a brotar nos últimos dias da guerra, passando a indagar suas concepções políticas ligadas a um republicanismo idealizado, criticar os planos militares, o comportamento desordenado dos soldados nacionais, a atuação da imprensa e a idéia corrente na época, de que os conselheiristas lutavam pela restauração do Império.

Euclides da Cunha sistematiza a trajetória da formação de uma opinião pública nacional, com a necessária campanha de mobilização de públicos. A falta de conscientização política do povo possibilita uma manipulação das informações pelos meios de comunicação, e isto aconteceu, segundo ele, durante a campanha de Canudos.

Euclides mostra como a imprensa assumiu posturas diversas nos diferentes momentos da guerra. Primeiramente, adotou uma atitude doutrinadora em que pregava o combate à ignorância por meio da instrução, impedindo manifestações de fanatismo. Depois das primeiras derrotas e, principalmente, após o fracasso da terceira expedição, os sertanejos de Canudos passaram a ser chamados de inimigos do progresso, e os meios de comunicação anunciavam a necessidade de seu extermínio. Para tanto, os jornais promoveram uma verdadeira *batalha* de discursos – evidenciando mais uma vez que a Guerra de Canudos foi, antes de tudo, conseqüência de uma construção discursiva altamente maniqueísta, segundo a qual, o exército republicano e civilizado ("herói nacional") pelejava contra a "barbárie": o arraial conselheirista, representante da ignorância e do atraso, inimigo da nação, que precisava ser punido.

Conforme Pierre Bordieu, "Os jornalistas têm 'óculos' especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não vêem outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado" (1997: 25). Esta metáfora dos óculos[8], sobre as categorias de percepção dos jornalistas – como produto de sua educação, história, influências políticas e atributos pessoais – direciona a leitura de qualquer texto, inclusive dos artigos por eles construídos, enquanto simulacro interesseiro, versão, história, narrativa e não pura reprodução do fato, acontecimento "verdadeiro", referente. Assim, a análise da cobertura da Guerra de Canudos pelos

[8] Que nos remete mais uma vez a Euclides da Cunha e ao personagem do romance de Mario Vargas Llosa, o *jornalista míope.*

jornais da época demonstra a miopia que caracterizou os jornalistas brasileiros do final do século XIX e que se estende ainda aos dias atuais.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Silvia Maria. "Manuel Benício: um correspondente da Guerra de Canudos". *Revista USP*, São Paulo, n. 54, p. 82-95, jun./jul./ago. 2002.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. São Paulo: Alfa-ômega, 1997.

BERNUCCI, Leopoldo. *História de um malentendido*: un estudio transtextual de La guerra del fin del mundo de Mario Vargas Llosa. New York: Lang, 1989.

BERNUCCI, Leopoldo. *A imitação dos sentidos*: prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha. São Paulo: EDUSP, 1995.

BERNUCCI, Leopoldo. "Pressupostos historiográficos para uma leitura de Os sertões". *Revista USP*, São Paulo, n. 54, p. 6-15, jun./jul./ago. 2002.

BORDIEU, Pierre. *Sobre a televisão.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*: campanha de Canudos. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

CUNHA, Euclides da. *Canudos*: Diário de uma expedição. São Paulo: Martin Claret, 2003.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora:* a Guerra de Canudos nos jornais. 4ª Expedição. São Paulo: Ática, 1994.

GUTIERREZ, Ângela. "Notícias sobre cem anos de ficção canudiana". *Revista Canudos*, Salvador, v. 1, n. 1, p. 09-21, jul. 1997.

LLOSA, Mario Vargas. *A Guerra do Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. *Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro*: estudo das estratégia de cultura para a formação e a manutenção de um público consumidor do impresso. Ilhéus: Editus, 2002.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos*: cartas para o Barão. São Paulo: USP, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho Silva. *O Diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ZILLY, Berthold. "Uma crítica precoce à 'globalização' e uma espopéia da literatura universal: *Os sertões* de Euclides da Cunha, cem anos depois". In: NASCIMENTO, José Leonardo do (Org.). *Os sertões de Euclides da Cunha: releituras e diálogos*. São Paulo: UNESP, 2002, p. 63-72.